

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2014

## Mais R\$ 2,9 bi à energia

» SÍLVIO RIBAS

Inseguro com o pacote de R\$ 12 bilhões que anunciou na semana passada para socorrer o caixa das distribuidoras de eletricidade, o governo continua recorrendo a manobras para financiar o rombo aberto pelo uso generalizado de termelétricas. A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a devolução do saldo da Conta de Energia de Reserva (Coner) aos agentes do setor. A medida será implementada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que já foi convocada a colaborar na solução para evitar o colapso das concessionárias com o alto custo da eletricidade no mercado de curto prazo.

A estimativa da Aneel é de que, neste ano, o fundo setorial Coner devolva até R\$ 2,9 bilhões, divididos em parcelas mensais, sendo que de 75% a 80% devem ser transferidos às distribuidoras. O resto irá para outros agentes, como autoprodutores de energia e consumidores do mercado livre. Segundo o superintendente de Estudos

### Senador exige resposta de Lobão

A Comissão de Fiscalização e Controle votará na próxima semana proposta do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, dê explicações sobre a crise no setor elétrico. "Quero que venha o ministro e não outra autoridade", frisou ele. Na semana passada, o secretário-executivo da pasta, Márcio Zimmermann, minimizou as turbulências; horas depois, anunciou um pacote de socorro às distribuidoras.

do Mercado da Aneel, Frederico Soares, a primeira devolução deverá ocorrer em 12 e 13 de abril, quando serão liquidadas as operações do mercado de energia de curto prazo relativas a fevereiro. Esse repasse é estimado entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões.

Criada em 2009, a Coner é um encargo pago por consumidores livres e residenciais para financiar a geração de energia por usi-

nas eólicas, de biomassa e por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) durante o ano todo. Essa energia de reserva é contratada pelo preço de leilão, mas é liquidada pelo valor médio do mercado de curto prazo. Quando esse valor está baixo, o consumidor arca com a diferença, mas, quando está alto, como agora, o usuário recebe um crédito, que é depositado na Coner.

### Distorções

Soares, da Aneel, admitiu que a utilização de dinheiro do fundo visa reduzir o total de recursos que a CCEE foi autorizada a buscar, via empréstimos bancários, para cobrir as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo. Na última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e autoridades do setor elétrico anunciaram a captação de R\$ 8 bilhões pela CCEE em bancos privados e públicos, incluindo o BNDES. Esse montante será completado com R\$ 4 bilhões em aporte do Tesouro à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para amparar

Iano Andrade/CB/DA Press - 27/12/13



Pacote de Augustin não bastou. Aneel dá socorro extra a distribuidoras

as concessionárias.

Na prática, o arranjo concebido pelo secretário do Tesouro, Arno Augustin, não emplacou, antes mesmo de ser testado. O jeito foi então apelar, poucos dias depois, para uma medida extra, a fim de evitar problemas quando a conta da energia contratada no atacado em fevereiro, ainda mais alta que a de R\$ 2,8 bilhões registrada em janeiro, for cobrada das distribuidoras.

"A ação adotada pelo governo até agora não é um socorro, mas algo necessário para garantir a operação do setor elétrico.

Melhor seria ter havido um planejamento que evitasse distorções tão grandes entre custos e receitas", disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Fábio Cuberos, diretor da consultoria Safira Energia, ressaltou que o pacote só resolve momentaneamente o fluxo financeiro das distribuidoras, com a perspectiva de resgatar os valores empenhados com impostos e reajuste da conta de luz. "Isso sem falar que não sabe ainda como se dará a operação com a CCEE, e se será suficiente", acrescentou.

Inseguro com o pacote de R\$ 12 bilhões que anunciou na semana passada para socorrer o caixa das distribuidoras de eletricidade, o governo continua recorrendo a manobras para financiar o rombo aberto pelo uso generalizado de termelétricas. A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a devolução do saldo da Conta de Energia de Reserva (Coner) aos agentes do setor. A medida será implementada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que já foi convocada a colaborar na solução para evitar o colapso das concessionárias com o alto custo da eletricidade no mercado de curto prazo.

A estimativa da Aneel é de que, neste ano, o fundo setorial Coner devolva até R\$ 2,9 bilhões, divididos em parcelas mensais, sendo que de 75% a 80% devem ser transferidos às distribuidoras. O resto irá para outros agentes, como autoprodutores de energia e consumidores do mercado livre. Segundo o superintendente de Estudos do Mercado da Aneel, Frederico Soares, a primeira devolução deverá ocorrer em 12 e 13 de abril, quando serão liquidadas as operações do mercado de energia de curto prazo relativas a fevereiro. Esse repasse é estimado entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões.

Criada em 2009, a Coner é um encargo pago por consumidores livres e residenciais para financiar a geração de energia por usinas eólicas, de biomassa e por pequenas

centrais hidrelétricas (PCHs) durante o ano todo. Essa energia de reserva é contratada pelo preço de leilão, mas é liquidada pelo valor médio do mercado de curto prazo. Quando esse valor está baixo, o consumidor arca com a diferença, mas, quando está alto, como agora, o usuário recebe um crédito, que é depositado na Coner.

#### Distorções

Soares, da Aneel, admitiu que a utilização de dinheiro do fundo visa reduzir o total de recursos que a CCEE foi autorizada a buscar, via empréstimos bancários, para cobrir as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo. Na última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e autoridades do setor elétrico anunciaram a captação de R\$ 8 bilhões pela CCEE em bancos privados e públicos, incluindo o BNDES. Esse montante será completado com R\$ 4 bilhões em aporte do Tesouro à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para amparar as concessionárias.

Na prática, o arranjo concebido pelo secretário do Tesouro, Arno Augustin, não emplacou, antes mesmo de ser testado. O jeito foi então apelar, poucos dias depois, para uma medida extra, a fim de evitar problemas quando a conta da energia contratada no atacado em fevereiro, ainda mais alta que a de R\$ 2,8 bilhões registrada em janeiro, for cobrada das distribuidoras.

"A ação adotada pelo governo até agora não é um socorro, mas algo necessário para garantir a operação do setor elétrico. Melhor seria ter havido um planejamento que evitasse distorções tão grandes entre custos e receitas", disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Fábio Cuberos, diretor da consultoria Safira Energia, ressaltou que o pacote só resolve momentaneamente o fluxo financeiro das distribuidoras, com a perspectiva de resgatar os valores empenhados com impostos e reajuste da conta de luz. "Isso sem falar que não sabe ainda como se dará a operação com a CCEE, e se será suficiente", acrescentou.

» Senador exige resposta de Lobão

A Comissão de Fiscalização e Controle votará na próxima semana proposta do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, dê explicações sobre a crise no setor elétrico. "Quero que venha o ministro e não outra autoridade", frisou ele. Na semana passada, o secretário-executivo da pasta, Márcio Zimmermann, minimizou as turbulências; horas depois, anunciou um pacote de socorro às distribuidoras